

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF PEDRO UHLIG DE VASCONCELOS MENDES

**ANÁLISE DO EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR EM PROVEITO DAS
AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, RECONHECIMENTO, VIGILÂNCIA E AQUISIÇÃO DE
ALVOS DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES DE
COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS NO PERÍODO DE 2018 A
2022**

**Rio de Janeiro
2023**

CAP INF PEDRO UHLIG DE VASCONCELOS MENDES

**ANÁLISE DO EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR EM PROVEITO DAS
AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, RECONHECIMENTO, VIGILÂNCIA E AQUISIÇÃO DE
ALVOS DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES DE
COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS NO PERÍODO DE 2018 A
2022**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Aperfeiçoamento
de Oficiais, como requisito para a
especialização em Doutrina Militar
Terrestre.

**Orientador: Cap Inf THIAGO HENRIQUE
ALVES MACHADO DE ARÊDES**

**Rio de Janeiro
2023**

Cap Inf PEDRO UHLIG DE VASCONCELOS MENDES

**ANÁLISE DO EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR EM PROVEITO DAS
AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, RECONHECIMENTO, VIGILÂNCIA E AQUISIÇÃO DE
ALVOS DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES DE
COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS NO PERÍODO DE 2018 A
2022**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de
Aperfeiçoamento de Oficiais como
requisito parcial para a obtenção do
grau de especialização em Doutrina
Militar Terrestre.

Aprovado em: ____ / ____ / _____

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

TIAGO MAGALHÃES FRANÇA SILVA – Maj
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Presidente

THIAGO HENRIQUE ALVES MACHADO DE ARÊDES – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

ALEX BRUNO SOZA TEIXEIRA – Cap
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me concedido saúde e determinação até o presente momento, iluminando meus caminhos e guiando-me na consecução de ideias pertinentes e precisas para a realização deste trabalho.

À minha mãe Rosangela, pelo carinho e confiança em mim depositada por toda a minha vida.

À minha esposa Camila, pelo grande amor, e aos meus filhos Enzo, Clara e Isabela, pelas incansáveis demonstrações de carinho e compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu orientador, Cap Inf THIAGO HENRIQUE ALVES MACHADO DE ARÊDES, meus sinceros agradecimentos pela orientação objetiva no período de confecção deste trabalho.

E, por fim, a todos os amigos que, de alguma forma, contribuíram para confecção do mesmo.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo verificar se o emprego do Exército Brasileiro em ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA) na região amazônica revela a necessidade de modificação ou de adaptação do preparo dos Batalhões de Infantaria de Selva (BIS) para atuarem em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA). Desta forma, objetivou-se apresentar como se dá o emprego do Exército Brasileiro neste tipo de operação e apresentar como é realizado o preparo e emprego de um Batalhão de Infantaria de Selva nesse contexto. A análise foi feita por meio da consulta a manuais, documentos internos, relatórios, sítios oficiais da Força Terrestre e de órgãos subordinados e outros trabalhos sobre o tema. Foi desenvolvido um referencial teórico abordando a relação entre as ações IRVA e as ações de um BIS em OCCA e, no que tange ao emprego, abordou-se as principais operações realizadas bem como alguns de seus resultados. Todas as análises que foram realizadas tiveram como objeto identificar aspectos positivos e negativos, proporcionando, assim, destacar as capacidades e deficiências desta tropa nas respectivas capacidades acima elencadas. Ao término deste, estima-se apresentar conclusões que ofereçam reflexões e sugestões acerca do emprego e preparo dos BIS em ações IRVA, no contexto de operações de OCCA. Desta forma, espera-se que este trabalho sirva para o aperfeiçoamento da doutrina de atuação do EB, podendo contribuir, também, para outros trabalhos similares.

Palavras-chave: Ações IRVA. Amazônia. Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

ABSTRACT

This work aimed to verify whether the use of the Brazilian Army in Intelligence, Reconnaissance, Surveillance and Target Acquisition (IRVA) actions in the Amazon region reveals the need to modify or adapt the preparation of the Jungle Infantry Battalions (BIS) to act in Cooperation and Coordination Operations with Agencies (OCCA). In this way, the objective was to present how the Brazilian Army is used in this type of operation and to present how the preparation and use of a Jungle Infantry Battalion is carried out in this context. The analysis was carried out by consulting manuals, internal documents, reports, official websites of the Land Force and subordinate bodies and other works on the subject. A theoretical framework was developed addressing the relationship between IRVA actions and the actions of a BIS in OCCA and, with regard to employment, the main operations carried out as well as some of their results were addressed. All the analyzes carried out were aimed at identifying positive and negative aspects, thus highlighting the capacities and deficiencies of this troop in the respective capacities listed above. At the end of this, it is estimated to present conclusions that offer reflections and suggestions about the use and preparation of BIS in IRVA actions, in the context of OCCA operations. In this way, it is expected that this work will serve to improve the EB's operating doctrine, and may also contribute to other similar works.

Keywords: IRVA actions. Amazon. Cooperation and Coordination Operations with Agencies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	PROBLEMA	9
1.2	OBJETIVOS	11
1.2.1	Objetivo Geral	11
1.2.2	Objetivos Específicos	12
1.3	QUESTÕES DE ESTUDO.....	12
1.4	JUSTIFICATIVA	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1	DOCTRINA MILITAR TERRESTRE.....	14
2.2	OPERAÇÕES BÁSICAS.....	16
2.3	OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS.....	16
2.4	AMBIENTE OPERACIONAL AMAZÔNICO.....	18
2.5	ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS.....	19
2.6	BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA.....	20
2.7	FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA.....	21
2.8	AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, VIGILÂNCIA, RECONHECIMENTO E AQUISIÇÃO DE ALVOS.....	22
3	METODOLOGIA	25
3.1	OBJETIVO FORMAL DO ESTUDO.....	25
3.2	AMOSTRA	25
3.3	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	26
3.3.1	Procedimento para Revisão de Literatura	27
3.3.2	Procedimento metodológico	28
3.3.3	Instrumentos	28
3.3.4	Análise de Dados	29
4	RESULTADOS	30
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
6	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	42
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO	46

1 INTRODUÇÃO

O término da Guerra Fria modificou significativamente a forma como as guerras e conflitos se desencadeariam nos anos futuros. Teixeira (2021) aponta que o advento da globalização e dos relacionamentos multinacionais traçaram novos paradigmas e eliminaram, parcialmente, o conceito de bipolaridade que regia o mundo à época.

Ainda na década de 90, o exército norte-americano começou a usar a sigla VUCA¹ para descrever os cenários e contextos de guerra possíveis de serem enfrentados no futuro. Tal acrônimo fazia referência as características do mundo atual: volátil, incerto, complexo e ambíguo, tradução para a Língua Portuguesa dos termos *volatility, uncertainty, complexity and ambiguity*.

Aplicando o conceito VUCA nos dias atuais, Nascimento (2019) fez as seguintes analogias:

“as tecnologias, preferências, tendências e certezas são características inconstantes e altamente mutáveis, evidenciando a ‘volatilidade’. As dúvidas, indecisões e imprecisões, típicas de um contexto em que os conhecimentos são normalmente incompletos, caracterizam que é cada vez mais difícil prever cenários futuros com base em acontecimentos passados, evidenciando a ‘Incerteza’. O termo ‘Complexo’ se consubstancia na dificuldade de compreender o resultado das interações das inúmeras variáveis de uma determinada situação, desafio ou problema, que possuem múltiplos aspectos ou elementos cujas relações de interdependência são incompreensíveis ou confusas. A ‘Ambiguidade’, por sua vez, é decorrente de situações em que temos pouca previsibilidade das ações, onde a maioria das situações aceita diversas possibilidades de caminhos diferentes cada um com diferentes sentidos.”

Todas essas variáveis consubstanciam para que a consciência situacional e o processo decisório se tornem protocolos complexos e exigentes, onde não há espaço para danos colaterais.

O surgimento de novos atores e ameaças com as atuais características levou os Estados a ampliarem os conceitos de segurança e defesa e de seus territórios e cidadãos. As dimensões da segurança incluem não só a defesa externa, mas a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, de saúde, educacional e ambiental dos Estados. A defesa, atividade normalmente afeta às forças militares de um país, passou a ser encarada como um dos componentes da segurança (BRASIL, 2020).

¹ Sigla em inglês utilizada pelo Exército Americano para descrever a volatilidade, *volatility*, a incerteza, *uncertainty*, a complexidade, *complexity*, e a ambiguidade, *ambiguity*, nas diversas situações e contexto de guerra. O uso militar dessa sigla começou no final dos anos 90, já no mundo dos negócios, é mais recente, começou a ser usado em 2001 mas não difere do significado militar, afinal, o ambiente empresarial na atualidade também é agressivo, desafiador, competitivo e veloz. Disponível em: <https://administradores.com/artigos/o-que-e-o-mundo-vuca>. Acesso em: 4 dez. 2022.

Para exemplificar tais cenários, Graça (2015) enumerou diversos crimes transfronteiriços recorrentes no mundo e, não obstante, presentes, também, no Brasil, dentre os quais destacam-se: o tráfico internacional de drogas e de seres humanos, o contrabando de armas, a evasão de divisas, o contrabando e o descaminho de mercadorias, o terrorismo, os crimes ambientais, entre outros.

Nesse sentido, observa-se uma intensificação da atuação das Forças Armadas em ações preventivas e repressivas, no combate a delitos transfronteiriços e ambientais, especialmente em coordenação com outros órgãos federais e estaduais, na faixa de fronteira da Amazônia, nas chamadas operações interagências².

Tais operações transcorrem em situação de normalidade e estão amparadas no Art. 16-A, com nova redação, constante da Lei Complementar nº 136, de 25 Ago 10, sendo consideradas atribuições subsidiárias.

Nesse contexto, a complexidade do ambiente operacional amazônico, somado à ameaças mais difusas e de difícil identificação, fez-se necessário creditar uma maior importância à Função de Combate Inteligência, em todos os níveis.

Assim posto, no contexto das Operação de Cooperação e Coordenação com Agências, destaca-se a importância da Função de Combate Inteligência, por intermédio das Necessidades de Inteligência (NI), não apenas como peça singular, voltada exclusivamente para o assessoramento de comandantes, mas sim, como ferramenta para antecipação, identificação e neutralização de possíveis ameaças.

1.1 PROBLEMA

A Constituição Federal de 1988, especificamente em seu artigo 142, classifica as Forças Armadas Brasileiras como instituições nacionais, permanentes e regulares. Dentre outras particularidades, estabelece que as normas gerais a serem aplicadas em sua organização, preparo e emprego deve ser regulada por Lei Complementar.

Vale citar, ainda, que o texto constitucional diz que as Forças Armadas estão sob autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de quaisquer destes Poderes, à garantia da lei e da ordem.

² A interação das Forças Armadas (FA) com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia e efetividade e menores custos. (BRASIL, 2013, p. 13)

A Lei Complementar nº 97 (BRASIL, 1999), modificada pelas Leis Complementares nº 117 (BRASIL, 2004) e nº 136 (BRASIL, 2010), afirma que cabe também às Forças Armadas, sem comprometer sua destinação constitucional, o cumprimento de ações subsidiárias, as quais são definidas no referido documento. Dentre as ações subsidiárias elencadas nesta lei, encontram-se aquelas relacionadas ao combate aos crimes transnacionais:

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I - patrulhamento;

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e

III - prisões em flagrante delito (BRASIL, 1999).

A Política de Defesa Nacional, instituída pelo Decreto nº. 5.484/2005, ao tratar sobre os objetivos da Defesa Nacional, dispõe que:

As relações internacionais são pautadas por complexo jogo de atores, interesses e normas que estimulam ou limitam o poder e o prestígio das Nações. Nesse contexto de múltiplas influências e de interdependência, os países buscam realizar seus interesses nacionais, podendo gerar associações ou conflitos de variadas intensidades.

Dessa forma, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região. Assim, da avaliação dos ambientes descritos, emergem objetivos da Defesa Nacional:

I – a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;

II – a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;

III – a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais;

IV – a promoção da estabilidade regional;

V – a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais;

e

VI – a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

Ao longo dos últimos anos, a região amazônica tem sido palco de inúmeras Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. Tais operações encontram-se em consonância com os conceitos citados anteriormente, que amparam o emprego das Forças Armadas, bem como se justificam, diante da importância da área em questão no que se refere a defesa do território nacional, integridade da pátria e ações subsidiárias.

Contudo, verifica-se uma lacuna na bibliografia afeta à Inteligência Militar, no escopo das OCCA, no que tange às ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA), por parte de um Batalhão de Infantaria de Selva, bem como o impacto do emprego destas tropas neste ambiente operacional.

Portanto, considerando a Doutrina Militar de Defesa (Brasil, 2012), que versa sobre a evolução do EB para a Era do Conhecimento, faz-se necessário o estudo do tema em questão, objetivando a organização, preparo e adestramento de tropas desta natureza para aquisição de capacidades como: pronta resposta, emprego eficiente do poder de combate, buscando dotar-se de meios que proporcionem letalidade seletiva, mobilidade, flexibilidade e elasticidade, bem como manter a doutrina efetiva e atualizada, dispondo de produtos de defesa com elevado teor tecnológico.

Do acima exposto, por intermédio do estudo de aspectos relevantes sobre o emprego do Batalhão de Infantaria de Selva face aos desafios da nova conjuntura, a fim de garantir às Forças Armadas o cumprimento de sua missão, conforme prevê o artigo 142º da Constituição Federal do Brasil de 1988 (a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem), esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

Tendo em vista o constante emprego do Exército Brasileiro na região amazônica, quais são as capacidades e limitações de um Batalhão de Infantaria de Selva para executar ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA) em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA)?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar quais são as capacidades e deficiências de um Batalhão de Infantaria de Selva para executar ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA) em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA).

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Caracterizar o Ambiente Operacional Amazônico brasileiro;
- b. Caracterizar Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA);
- c. Caracterizar ilícitos transfronteiriços, no contexto das ações subsidiárias;
- d. Citar as principais situações de emprego de tropa nas ações subsidiárias nesse Amb Op;
- e. Definir a Função de Combate Inteligência;
- f. Caracterizar o Ciclo de Inteligência Militar, em particular as fases de Orientação e Obtenção;
- g. Definir a importância do Batalhão de Infantaria de Selva no contexto das operações de amplo espectro;
- h. Analisar quais são as capacidades de um Batalhão de Infantaria de Selva no contexto de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências; e
- i. Analisar quais são as deficiências de um Batalhão de Infantaria de Selva no contexto de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

1.3 QUESTÕES DE ESTUDO

- a) Quais são as principais características do Amb Op amazônico no Brasil?;
- b) Quais as características das OCCA e das ações subsidiárias nessas Op?;
- c) Quais os principais ilícitos transfronteiriços característicos dessa região?;
- d) Quais as principais atividades de emprego de tropa nessas operações, na região em questão?;
- e) Qual é a definição da Função de Combate Inteligência?;
- f) Quais são as principais fontes de obtenção de dados no contexto das ações subsidiárias, nesse Amb Op?;
- g) Qual é a importância de um Batalhão de Infantaria de Selva no contexto das OCCA?;
- h) Quais são as capacidades de um Batalhão de Infantaria de Selva no contexto das ações subsidiárias neste Amb Op?; e
- i) Quais são as deficiências de um Batalhão de Infantaria de Selva no contexto das ações subsidiárias neste Amb Op?

1.4 JUSTIFICATIVAS

Primeiramente, o tema de trabalho em questão assenta-se na área de concentração Defesa Nacional, no assunto Operações Militares, pertence ao conjunto de proposições para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2022-2023.

Por conseguinte, diante das evoluções tratadas anteriormente, os conflitos recentes caminham na direção de serem não declarados, de duração incerta e com ameaças cada vez mais difusas.

Visando solucionar as proposições anteriores, o Exército Brasileiro, por intermédio do seu Plano Estratégico 2020-2023, estabeleceu os seus Objetivos Estratégicos (OEE) para este período. Norteados com o tema proposto por esse estudo, destacamos os seguintes objetivos estratégicos: OEE 3 – Aperfeiçoamento da estrutura de apoio às operações de cooperação e coordenação com agências; OEE 6 – Estabelecimento de uma Doutrina Militar Terrestre compatível com uma força transformada e OEE 7.2.5 - Aperfeiçoar o Sistema de Inteligência do Exército (SIEx).

Alinhado a fluidez do combate moderno com as expectativas e necessidades de auto aperfeiçoamento, o tema proposto permite que o Estado brasileiro gere capacidades para o emprego conjunto em operações de guerra e não guerra, especificamente no ambiente operacional amazônico, visando a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Desse modo, a pesquisa torna-se atual pois visa agregar conteúdo às bibliografias existentes e, de certo modo, avaliar as capacidades e deficiências de um Batalhão de Infantaria de Selva na execução de ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA) para se contrapor às ameaças advindas de atores não estatais no contexto dos conflitos do século XXI.

2 REVISÃO DE LITERATURA

No decorrer desta sessão, serão abordados diversos conceitos que nos auxiliarão na compreensão do assunto em tela. Tais referenciais são entendimentos utilizados nos principais manuais do Exército Brasileiro.

2.1 DOCTRINA MILITAR TERRESTRE

De acordo com o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.102 (Doutrina Militar Terrestre), em função da evolução da natureza dos conflitos, resultado das alterações sociais e avanços tecnológicos, exige-se que o Exército Brasileiro permaneça em um estado de constante evolução doutrinária:

“1.2.2 As formas de se contrapor às ameaças têm se diversificado consideravelmente. As forças militares orientavam sua articulação e seu preparo para combater, unicamente, ameaças identificadas por um possível Estado agressor. Esta situação evoluiu com o passar dos tempos.” (BRASIL, 2019, p 1-1)

“1.2.5 Novos tipos de ameaças ganharam importância, exigindo que os Estados estejam aptos para o combate ao terrorismo; a proteção da sociedade contra as armas de destruição em massa; a participação em missões de manutenção e/ou imposição da paz sob a égide de organismos internacionais; a ajuda à população em caso de catástrofes provocadas pela natureza; e o controle de contingentes populacionais ou de recursos escassos (energia, água ou alimentos). ” (BRASIL, 2019, p 1-1)

O mesmo manual cita que:

“1.2.8 Tudo isso leva à necessidade de uma força com novas capacidades operativas, dotada de material com alta tecnologia agregada, sustentada por uma doutrina em constante evolução e integrada por recursos humanos altamente treinados e motivados. Sua organização deve possuir estruturas que permitam alcançar resultados decisivos, com prontidão operativa e com capacidade de emprego do poder militar de forma gradual e proporcional à ameaça.” (BRASIL, 2019, p 1-1)

Ainda de acordo com o Manual de Campanha EB20-MF-10.102 (Doutrina Militar Terrestre), o ambiente operacional possui relevância incontestável para o êxito em operações:

“2.2.1 O ambiente operacional, cuja compreensão constitui uma condição fundamental para o êxito nas operações, é definido como o conjunto de condições e circunstâncias que afetam o espaço onde atuam as forças militares e que interferem na forma como estas são empregadas. É caracterizado pelas dimensões física, humana e informacional.” (BRASIL, 2019, p 2-1)



FIGURA 1 – As dimensões do ambiente operacional terrestre
 Fonte: BRASIL, 2019, p. 2-2

Este trabalho foge do tradicional, onde o foco da análise do ambiente operacional concentra-se na dimensão física, preponderantemente nos fatores terreno e condições meteorológicas. Ao invés disso, o foco permeará esta área, contudo, busca explorar a dimensão informacional.

O Manual de Campanha EB20-MF-10.102 (Doutrina Militar Terrestre) traz as seguintes considerações:

“2.2.4 A dimensão informacional abrange os sistemas utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação. Reveste-se de destacada relevância em função dos avanços na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), que proporcionaram elevada capacidade de transmissão, acesso e compartilhamento da informação. A narrativa dominante – percepção estabelecida como válida nas mentes de um ou mais públicos-alvo – pode ser considerada um acidente capital das operações militares. Nesse sentido, a dimensão informacional passa a ter o mesmo nível de importância da física e da humana.” (BRASIL, 2019, p 2-2)

“2.4.1.3.2 É igualmente importante reconhecer a influência da informação sobre o comportamento do conjunto de atores que participam da dinâmica dos conflitos: a mídia; os civis não combatentes; os grupos e as organizações presentes em áreas conflagradas; o público de massa – nacional e internacional; e os dirigentes e líderes em todos os níveis.” (BRASIL, 2019, p 2-4)

“2.4.1.3.4 A opinião pública e a necessidade de comunicar – em uma sociedade cada vez mais dependente da informação, são de suma importância para a percepção que a população tem da realidade. Controlar a “narrativa” não é apenas comunicar bem, mas comunicar primeiro. A prioridade que a Defesa receberá na distribuição de recursos orçamentários é definida a partir da percepção que a sociedade tem quanto às ameaças reais e potenciais.” (BRASIL, 2019, p 2-4)

Desta forma, percebe-se que o acesso e o controle da informação garantem vantagens táticas ao decisor, nos mais diversos níveis e escalões.

2.2 OPERAÇÕES BÁSICAS

O Manual de Campanha EB70-MC-10.223 (Operações) classifica as operações militares quanto às forças empregadas e quanto à sua finalidade.

Classificação das Operações Militares	
Quanto às forças empregadas	Singulares
	Conjuntas
	Combinadas
Quanto à finalidade	Básicas
	Complementares

QUADRO 1 – Classificação das Operações Militares

Fonte: BRASIL, 2017, p. 2-10.

As Operações Básicas são:

“São operações que, por si mesmas, podem atingir os objetivos determinados por uma autoridade militar ou civil, em situação de guerra ou em situação de não guerra.

a) situação de guerra:

- ofensiva; e

- defensiva.

b) situação de não guerra:

- de cooperação e coordenação com agências.” (BRASIL, 2017, p. 2-10)

Ainda de acordo com o Manual de Operações, as operações de cooperação e coordenação com agências são executadas precipuamente em situações de não guerra, mas podem ser desencadeadas em situações de guerra, simultaneamente com as operações ofensiva e defensiva.

2.3 OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

Teixeira (2021) afirmou que nesse novo cenário, volátil e incerto, as operações básicas das forças terrestres mundiais passaram a agregar, além da ofensiva e da defensiva, também Operações de Cooperação e Coordenação. Guardadas as particularidades das leis de cada país, esse novo conceito militar, no seu sentido amplo, inclui no planejamento e na condução das manobras as agências nacionais e internacionais, organizações não governamentais, empresas nacionais ou multinacionais e civis, das mais diversas origens.

O Manual de Campanha EB 70-MC-10.248 define Operações Interagências da seguinte forma:

“interação das Forças Armadas (FA) com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.” (BRASIL, 2020, p 1-2)

O mesmo Manual de Campanha cita que:

“4.1.1 As operações no amplo espectro dos conflitos incluem desde a defesa da soberania e da integridade do patrimônio nacional a ações subsidiárias de apoio às políticas governamentais, passando pelas ações de cunho humanitário e de atendimento a emergências e catástrofes, pelo apoio no restabelecimento de infraestruturas básicas e de governança, pelo atendimento a compromissos internacionais e pela atuação contra delitos transnacionais e ambientais.” (BRASIL, 2020, p 4-1).

“4.1.2 As características do ambiente operacional atual exigem que a quase totalidade dessas ações sejam realizadas com emprego de considerável parcela das capacidades do Estado. Assim, é fundamental buscar, desde a fase de planejamento, a integração com todos os vetores que serão envolvidos no cumprimento da missão, pois os diversos escalões da F Ter dificilmente atuarão de forma isolada no cumprimento de sua destinação constitucional.” (BRASIL, 2020, p 4-1).

Desse modo, constata-se que a cooperação e a coordenação com agências serão fundamentais, em qualquer tipo de operação, desde o planejamento até a reversão. (BRASIL, 2020)

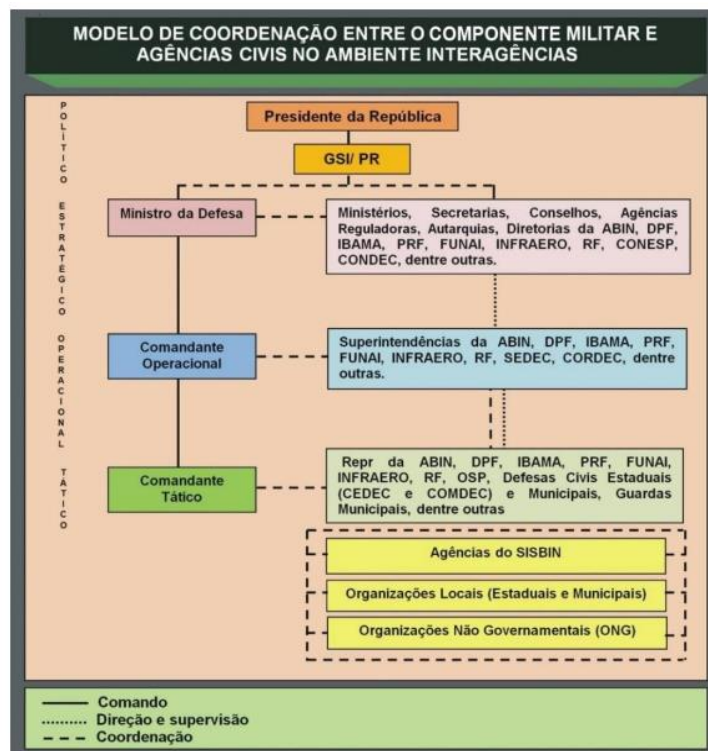


FIGURA 2 – Modelo de coordenação entre o componente militar e as agências civis
 Fonte: BRASIL, 2020, p. 5-3

2.4 AMBIENTE OPERACIONAL AMAZÔNICO

Neste tópico serão elencados aspectos relacionados ao ambiente operacional amazônico, especialmente a porção brasileira, visto que existem outros biomas similares no mundo.

As Instruções Provisórias IP 72-1, Operações na Selva, trazem a seguinte definição de selva:

Selvas são áreas de florestas equatoriais ou tropicais densas e de clima úmido ou super-úmido. Situam-se em regiões de fraca densidade demográfica, com baixo desenvolvimento industrial, comercial e cultural, de precárias condições de vida, com acentuada escassez de vias de transporte terrestre, ao longo de extensas áreas de planície, planalto ou montanha. São encontradas nas zonas tropicais da AMÉRICA, ÁFRICA e ÁSIA.

A partir da definição contida na IP 72-1 é possível, rapidamente, identificar alguns gargalos deste complexo ambiente operacional. Primeiramente, nota-se quão desafiador é ocupar e operar militarmente nesta região. As condições adversas explicitadas chamam a atenção para empenhar mais esforços que o normal, principalmente, nas atividades afetas a logística, mobilidade, maneabilidade e comando e controle.

Ainda na busca pela caracterização deste ambiente operacional, tem-se as seguintes informações:

A extensão da fronteira brasileira com os países condôminos é de cerca de 11.000 km, que embora legal e historicamente definida, em largos trechos não é nitidamente balizada, em virtude da cobertura vegetal da floresta. (BRASIL, 1997a, p 2-1)

Possui uma área aproximada de 5 milhões de quilômetros quadrados, correspondente a mais de 50% do território nacional. Contém a maior bacia hidrográfica do planeta, a do rio SOLIMÕES/AMAZONAS, estendendo-se do oceano ATLÂNTICO aos contrafortes dos ANDES, limitada ao norte pelo planalto GUIANENSE e ao sul pelo planalto CENTRAL BRASILEIRO. (BRASIL, 1997a, p 2-1)

Portanto, de uma forma geral, os rios se caracterizam por serem as principais vias de acesso no ambiente de selva. Há que se considerar, porém, que guardada as proporções, características pedregosas do leito dos rios, matéria orgânica em suspensão e até mesmo a estações do ano, trarão diferentes abordagens e necessidades de planejamento, quanto as condições de navegabilidade dos rios amazônicos.

Segundo a IP 72-1, a floresta amazônica apresenta clima predominantemente quente e úmido, com temperaturas médias acima dos 32°C e umidade próxima de 90%, pois localiza-se em zona tropical. Grande parte do desconforto causado em

militares não aclimatados a região se dá pelas altas temperaturas da região bem como a umidade relativa do bioma. Tais características intensificam a necessidade de medidas de profilaxia para evitar enfermidades.

Por fim, o mesmo caderno de instrução traz considerações importantes sobre os aspectos psicossociais da região, dentre os quais destacamos:

O avanço de nossas fronteiras foi realizado através dos rios e a sua manutenção feita através de fortes estrategicamente localizados em regiões que dominam as hidrovias, os quais serviram de suporte para a criação de vilas e cidades (BRASIL, 1997a, p 2-7).

A AMAZÔNIA possui imensos vazios ecumênicos. A população concentra-se nas capitais estaduais e ao longo dos grandes rios e de algumas rodovias, tornando nossas fronteiras muito vulneráveis às ações de forças adversas e à prática de ilícitos (BRASIL, 1997a, p 2-7).

2.5 ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Segundo Goulart e Ribeiro (2016), crime transfronteiriço, por definição, pode ser considerado como a ocorrência de fato típico, antijurídico e punível que ultrapassa os limites das fronteiras de um país. Entende-se por crime ambiental todo e qualquer dano ou prejuízo causado aos elementos que compõem a flora, a fauna e os recursos naturais.

Assim sendo, a Portaria nº 061, de 16 de fevereiro de 2005, do Comandante do Exército aprovou a Diretriz Estratégica para Atuação na Faixa de Fronteira contra delitos transfronteiriços e ambientais, direcionando esforços para os seguintes ilícitos:

- a) a entrada (e/ou a tentativa de saída) ilegal no território nacional de armas, munições, explosivos e demais produtos controlados, conforme legislação específica (Lei de Segurança Nacional - Lei nº 7.170, de 14 Dez 83; Estatuto do Desarmamento - Lei nº 10.826, de 22 Dez 03; Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados –Decreto nº 3.665, de 20 Nov 00);
- b) o tráfico ilícito de entorpecentes e/ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica, ou matéria prima destinada à sua preparação (Lei nº 6.368, 21 Out 76; Lei nº 10.409, de 11Jan 02; Decreto nº 3.665, de 20 Nov 00);
- c) o contrabando e o descaminho, especificados no Código Penal Comum (Decreto-Lei nº 2.848, de 07 Dez 40);
- d) o tráfico de plantas e de animais (Lei de Crimes ambientais - Lei nº 9.605, de 12 Fev 98; Código Florestal - Lei nº 4.771, de 15 Set 65; Código de Proteção a Fauna - Lei nº 5.197, de 03 Jan 67); e
- e) a entrada (e/ou a tentativa de saída) no território nacional de vetores em desacordo com as normas de vigilância epidemiológica (orientação técnica e normativa do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária –Lei nº 6.437, de 20 Ago 77 e Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 Ago 01).

No que tange a prevenção e repressão aos delitos ambientais, cabe ainda destacar que a portaria referenciada acima prevê, ainda, a atuação da F Ter sobre os seguintes ilícitos:

- a) a prática de atos lesivos ao meio ambiente, definidos na Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605, de 12 Fev 98; no Código Florestal – Lei nº 4.771, de 15 Set 75; e no Código de Proteção à Fauna – Lei nº 5.197, de 03 Jan 67;
- b) a exploração predatória ou ilegal de recursos naturais (Lei nº 9.605, de 12 Fev 98); e
- c) a prática de atos lesivos à diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, definidos na Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 Ago 01.

Para cumprir as missões estabelecidas na legislação em vigor, constata-se a necessidade que a F Ter tem em preparar suas tropas, tanto quanto em suas técnicas, táticas e procedimentos, bem como na parte jurídica das operações.

2.6 BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

O Batalhão de Infantaria de Selva é a unidade tática básica da brigada de infantaria de selva. Pode atuar enquadrado pela brigada e/ou isoladamente. Caracteriza-se, particularmente, por sua fluidez e pela capacidade de operar continuamente em região de selva. A fluidez decorre da capacidade de atuar com grande descentralização de suas frações, do seu adestramento para deslocar-se através da floresta, dos meios fluviais orgânicos e do adestramento para operar com aeronaves e embarcações propiciadas pelo escalão superior [...]. (BRASIL, 1997b).

O BIS é constituído por um comando, um estado-maior, uma companhia de comando e apoio e três companhias de fuzileiros de selva. O BIS sediado em área de fronteira possui, além da constituição supracitada, uma base de administração e apoio, responsável pelo apoio logístico e administrativo da unidade. (BRASIL, 1997b).

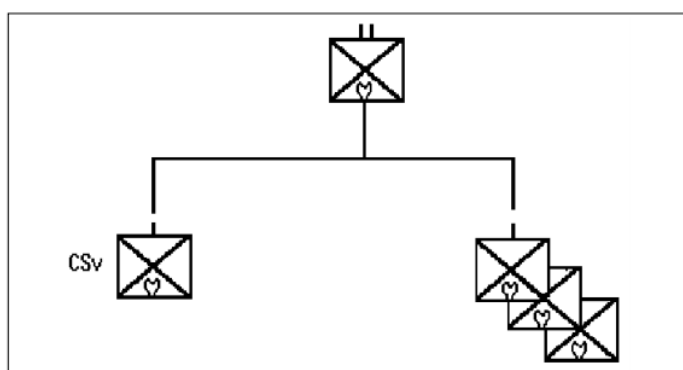


FIGURA 3 – Organograma do batalhão de infantaria de selva
Fonte: BRASIL, 1997b, p. 1-6

O BIS sediado em área de fronteira possui, além das capacidades inerentes ao BIS, a de realizar, desde os tempos de paz, a vigilância e a vivificação das fronteiras, constituir a presença armada brasileira em regiões fronteiriças, agir como fator de dissuasão para os elementos externos e como agente de operações psicológicas no seio da população que gravita em torno dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) (BRASIL, 1997b).

Com as companhias de fuzileiros de selva e com os PEF, em tempos de paz, o BIS pode cooperar, mediante ordem, com os órgãos públicos federais e estaduais responsáveis por questões ligadas a indígenas, narcotráfico, contrabando, exploração ilegal e predatória de recursos naturais, saúde e atividades educacionais. (BRASIL, 1997b).

2.7 FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA

Segundo Marques e Holcsik (2015) a Inteligência Militar, na avaliação de especialistas, tem sido considerada como fator de sucesso nas mais variadas operações militares que ocorrem no mundo.

Assim posto, o Exército Brasileiro, a fim de readequar seu sistema de inteligência às futuras e atuais demandas em operações militares criou o Programa Estratégico LUCERNA. O referido programa, dentre as suas inúmeras finalidades, tem por objetivo geral ampliar suas estruturas e buscar evoluir sua doutrina, permitindo assim seu continuado auto aperfeiçoamento.

Para a Inteligência Militar, interessam as condições, circunstâncias e influências que podem afetar o desempenho das atividades e tarefas necessárias ao cumprimento da missão recebida. A compreensão do Ambiente Operacional (Amb Op) é fundamental para o planejamento e a condução das operações (BRASIL, 2015a, p. 2-2).

O correto entendimento dos dados processados é essencial para o planejamento e execução das operações militares, desde o nível tático até o estratégico (BRASIL, 2015a, p. 2-1).

De acordo com o Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre (2015a, p. 4-1), existem princípios básicos da Inteligência Militar que devem ser seguidos: Segurança, Objetividade, Controle, Flexibilidade, Clareza, Amplitude, Imparcialidade, Oportunidade, Integração, Precisão, Continuidade, Relevância e Predição.

A Função de Combate Inteligência compreende o conjunto de atividades, tarefas e sistemas inter-relacionados empregados para assegurar compreensão sobre o ambiente operacional, as ameaças (atuais e potenciais), os oponentes, o terreno e as considerações civis. (BRASIL, 2015b, p. 4-5)

Com base nas diretrizes do Comandante, normalmente expressas em necessidades de inteligência (NI), executa tarefas associadas às operações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA). (BRASIL, 2015b, p. 4-5)

Essas atividades e tarefas subsidiam o planejamento e a condução de operações militares, além de identificar e contribuir para a neutralização das ameaças. As atividades e tarefas desempenhadas pela Função de Combate Inteligência são fundamentais para o planejamento e para o emprego eficaz da tropa, bem como para a sua segurança. (BRASIL, 2015b, p. 4-5)

2.8 AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, VIGILÂNCIA, RECONHECIMENTO E AQUISIÇÃO DE ALVOS

A evolução tecnológica aliada à necessidade de processamento instantâneo de grande volume de dados, obtidos em extensas áreas de interesse, e oriundos de múltiplas fontes, deu origem a um conceito que reúne as capacidades de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA). (BRASIL, 2016, p. 2-2)

O Conceito IRVA aborda o processo de integração das atividades e tarefas de reconhecimento, vigilância e aquisição de alvos com a Inteligência Militar, com o fim de melhorar o entendimento da situação pelos comandantes em todos os níveis (consciência situacional) e, conseqüentemente, os seus processos decisórios. (BRASIL, 2016, p. 2-2)

Diante da complexidade e fluidez do cenário atual, o Manual de Campanha EB20-MC-10.203 pacifica diversas questões, dentre as quais destacamos:

“As Unidades de todas as naturezas que, por sua localização ou missão, possam obter dados e informações que atendam às NI, poderão ser acionadas, participando, assim da fase de obtenção, caracterizando o emprego do conceito IRVA.” (BRASIL, 2016, p. 2-21)

“A obtenção não inclui apenas o pessoal e os meios especializados. Dela também fazem parte todos àqueles que realizam atividades próprias a ela. Todo militar é, assim, um meio de obtenção de dados.” (BRASIL, 2016, p. 2-21)

O Caderno de Instrução EB70-CI-11.465 corrobora com as citações acima, afirmando que todo militar deve entender o papel que desempenha no ambiente operacional e, desta forma, contribuir para a construção da consciência situacional.

“Todo militar deve entender que desempenha um papel fundamental no campo de batalha quando se trata de consciência situacional. A tropa tem a oportunidade de coletar e relatar dados dentro da A Op, tornando-se, assim, um elemento crítico da capacidade de sua fração em alcançar a compreensão situacional do ambiente operacional.” (BRASIL, 2021, p. 2-3)

Assim posto, pode-se caracterizar, sumariamente, cada ação IRVA da seguinte forma:

“No contexto das ações de IRVA, a Inteligência trata da gestão das NI, do acionamento e exploração dos seus diversos sensores (fontes tecnológicas, banco de dados, operações de Inteligência, reconhecimento e vigilância) e colaboradores (de outras agências e órgãos com objetivos convergentes); da obtenção dos dados; e da elaboração e difusão dos conhecimentos, tarefas fundamentais do sistema.” (BRASIL, 2016, p. 2-22)

“O reconhecimento é a missão empreendida para se obter informações sobre as atividades, instalações ou meios de forças oponentes, atuais ou potenciais, mediante a observação visual e o emprego de outros métodos ou para confirmar dados relativos à meteorologia, à hidrografia ou a características geográficas de uma área definida. É uma atividade limitada no tempo e no espaço.” (BRASIL, 2016, p. 2-22)

“A vigilância é a observação sistemática do Ambiente Operacional, tendo por objetivo áreas, pessoas, instalações, materiais e equipamento, utilizando o auxílio de meios eletrônicos, cibernéticos, fotográficos, óticos ou acústicos, entre outros. São exemplos de missões de vigilância o monitoramento de eixos de progressão e/ou corredores de mobilidade, de possíveis posições das ameaças e de regiões de interesse para a Inteligência (RIPI).” (BRASIL, 2016, p. 2-22)

“A Aquisição de Alvos trata da detecção, localização e identificação de um objetivo com o detalhamento e a precisão suficientes para permitir o emprego eficaz de armas. A busca de alvos vai além de possibilitar o apoio de fogo, apoiando o emprego de outros vetores, inclusive os não cinéticos, como a guerra eletrônica, guerra cibernética e as operações de apoio à informação.” (BRASIL, 2016, p. 2-23)

Analisemos os trechos a seguir:

“O Departamento de Defesa (DOD) indica que está realizando uma grande alteração em suas capacidades, de uma força projetada para combater a União Soviética para uma adaptada aos adversários do século 21, incluindo o terrorismo. Essa mudança foi motivada pela percepção de uma mudança do tipo de ameaça, especialmente pela tecnologia da informação. À medida que os serviços militares tentam aumentar a agilidade e a versatilidade de seus sistemas de armas, eles também veem a necessidade de aumentar as capacidades de inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR) para apoiar o novo sistema de armas e métodos operacionais contra essas novas ameaças.” (Chizek, 2003, p. 3, tradução nossa).

“O ambiente atual de segurança se mostra bastante diferente daquele de apenas dez anos atrás. A maior mudança ocorreu na ameaça a nossa segurança nacional e nas tecnologias disponíveis para nós e de nossos adversários em potencial. Em resposta, os serviços militares possuem planos para mudar suas capacidades

IRVA para encontrar um novo ambiente mais efetivo.” (Chizek , 2003, p. 6, tradução nossa).

Desde os ataques de 11 de setembro, a comunidade de inteligência norte americana se debruça sobre as fragilidades de uma doutrina antiquada e, constantemente, busca aprimorar suas capacidades.

3 METODOLOGIA

No intuito de colher subsídios que permitam chegar a uma solução plausível para o problema, esta pesquisa se desenvolveu com uma leitura analítica dos manuais e trabalhos disponíveis que versam sobre o assunto.

Após isso, voltamos nossos esforços para analisar os dados obtidos e confrontá-los com os já existentes, visando obter uma solução para o problema.

3.1 OBJETO FORMAL DE ESTUDO

O estudo em questão tem por finalidade identificar as capacidades e limitações de um Batalhão de Infantaria de Selva em ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

As seguintes variáveis foram delimitadas:

Variável I (x): O emprego de tropas constituídas em Batalhões de Infantaria de Selva, realizando ações IRVA, no contexto das ações subsidiárias / OCCA, no período compreendido entre 2018 e 2022 (variável dependente).

Visa a explorar o emprego de tropas especializadas na região e período específicos. Será analisado o seguinte indicador: emprego da tropa e as principais características atinentes à esse tipo de Op.

Variável II (y): As capacidades e deficiências advindas do emprego dos Batalhões de Infantaria de Selva em ações IRVA, no contexto das ações subsidiárias / OCCA, no período compreendido entre 2018 e 2022 (variável independente).

(variável dependente 1).

Foram analisados os indicadores da variável y, e a sua relação com a variável independente (x), suas implicações e outros aspectos de interesse dessa relação.

3.2 AMOSTRA

Visando obter informações mais precisas e confiáveis, foram utilizadas como amostra quatro grupos diferentes, porém que possuam relação com as capacidades e deficiências de um Batalhão de Infantaria de Selva em realizar ações IRVA, no contexto de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

De maneira geral, todos os grupos estão relacionados a militares que serviram ou servem em Batalhões de Infantaria de Selva e que, em algum momento de suas carreiras, participaram de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

Os grupos foram compostos por oficiais e praças que servem e/ou serviram por, no mínimo, 2 anos nos Batalhões de Infantaria de Selva, nas seguintes regiões ou comandos enquadrantes: 16ª Brigada de Infantaria de Selva e 2ª Brigada de Infantaria de Selva, com ambiente operacional abarcando o estado do Amazonas; 22ª Brigada de Infantaria de Selva com ambiente operacional abarcando o estado do Amapá; 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com ambiente operacional abarcando o estado de Roraima; 17ª Brigada de Infantaria de Selva, com ambiente operacional abarcando o estado de Rondônia e a 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com ambiente operacional abarcando o estado do Pará.

O critério de amostragem é ter comandando Subunidade orgânica de um Batalhão de Infantaria de Selva, Pelotão Especial de Fronteira (PEF) ou ter desempenhado a função de comandante de Pel, para oficiais; ou ter sido adjunto de pelotão ou comandante de grupo, para graduados. Esta representatividade foi caracterizada por 37 (trinta e sete) militares. A amostra (n) será de 35 (trinta e cinco) militares, que coincidirá com a população (N). A amostra é representativa da população uma vez que tem as mesmas características básicas desta no que tange às variáveis a serem pesquisadas.

A amostragem será probabilística, pois se baseia na escolha aleatória dos pesquisados, em que cada respondente tem a mesma probabilidade de ser escolhido, uma vez que permite tratamento estatístico, a fim de compensar erros amostrais e outros aspectos relevantes à representatividade e significância da amostra (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 244). A técnica será amostragem aleatória simples.

O corte cronológico compreenderá o período de 2018 a 2022. As técnicas da pesquisa serão: em um primeiro momento, as pesquisas documental e bibliográfica, e na pesquisa de campo utilizar-se-á questionário como instrumento de medição.

3.3 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto à natureza, realizamos uma pesquisa aplicada, pois teve por finalidade a produção de conhecimentos que tenham a aplicação prática. Neste caso específico, a finalidade deste estudo foi identificar as capacidades e limitações de um Batalhão de Infantaria de Selva para executar ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA) em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA). Assim sendo, essa pesquisa foi, quanto à forma de abordagem, do tipo qualitativa.

A referida forma de abordagem se deu qualitativamente pois considera-se que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, o que não pode ser traduzido em números.

O método de abordagem foi o indutivo, pois parte de um estudo particular em direção a uma generalização, podendo ser aplicado em outras situações.

No que tange ao objetivo geral, foi, em sua maioria, uma pesquisa descritiva, uma vez que se aspira a descrever e analisar o objeto de estudo e seu impacto nas operações citadas e, em outros momentos, exploratória, pois não há todas as informações disponíveis na literatura acerca da demanda proposta.

3.3.1 Procedimentos para revisão da literatura

As ações à busca dos dados concentraram-se nas pesquisas documental e bibliográfica. As fontes de busca foram diversos manuais das Forças Armadas (FA); monografias de concludentes da EsAO, ECEME e bibliografias acadêmicas em geral acerca do assunto; sites e documentos relacionados a Operações de Coordenação e Cooperação com Agências, amazônia e ações de inteligência, reconhecimento e vigilância.

As estratégias de busca centraram-se no site da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (ECEME) e site do Centro de Doutrina do Exército (CDoutEx). Além dos temas em português: “operações na faixa de fronteira”, “ações subsidiárias na Amazônia”, “emprego do EB nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências” e “ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos”.

Utilizamos, ainda, em outros idiomas, os seguintes termos: “*Inteligencia y Reconocimiento*” e “*Capacidades y Limitaciones de La Inteligencia*” (espanhol) e “*Human Intelligence*” e “*capabilities and limitations of military intelligence*” (inglês). Tudo isso com a finalidade de obter mais subsídios para solucionar o problema evidenciado neste trabalho.

3.3.2 Procedimentos metodológicos

As ações até a coleta de dados, as fontes de dados e estratégias convergem para o item 3.3.1 acima, acrescidas da realização da entrevista e do grupo focal, portanto, centradas nas pesquisas documental e bibliográfica, e pesquisa de campo.

Os critérios de inclusão são: no que tange à parte documental, ratifica-se o exposto no item acima. Já na aplicação do instrumento, foram dois universos de amostra como abordado anteriormente.

Os critérios de exclusão: na coleta documental, os conteúdos de fontes não confiáveis/duvidosas.

Realizamos um pré-teste com 5% a 10 % da amostra a testar o instrumento de pesquisa, a fim de evitar que a mesma tenha um resultado falso, identificando possíveis erros, propiciando a reformulação da falha no questionário definitivo.

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: fontes publicadas em português ou inglês; estudos publicados por autores brasileiros e americanos sobre o tema do trabalho; e informações de fontes confiáveis e relevantes.

Foram considerados os seguintes critérios de exclusão: considerações doutrinárias desatualizadas, manuais que não estão mais em vigor e fontes sem credibilidade, como publicações de sites sem referências.

3.3.3 Instrumentos

Foram empregados a coleta documental (fichamento), à obtenção de dados, na fase que antecede à pesquisa de campo da amostra, citada anteriormente, bem como das demais fontes citadas previamente em 3.3.1.

Em seguida, foram realizadas as entrevistas/grupo focal com os universos selecionados. A entrevista se faz compatível para o trabalho em foco pois, segundo Minayo (2004) considera a entrevista semi-estruturada um instrumento que possibilita a coleta de informações objetivas e, mais do que isto, permite captar a subjetividade embutida em valores, atitudes e opiniões.

Utilizamos um questionário com 17 (dezesete) perguntas divididas em cinco assuntos:

- o primeiro assunto, os dados pessoais do entrevistado (posto/graduação, unidade em que serviu, função que desempenhava, operações de OCCA que participou e em quais período de tempo);

- o segundo, perguntas referentes as ações de Inteligência que o entrevistado e/ou sua fração se defrontou nos momentos que precederam sua participação em Op OCCA e durante a execução da mesma;

- o terceiro, perguntas referentes as ações de Reconhecimento que o entrevistado e/ou sua fração se defrontou nos momentos que precederam sua participação em Op OCCA e durante a execução da mesma;

- o quarto, perguntas referentes as ações de Vigilância que o entrevistado e/ou sua fração se defrontou nos momentos que precederam sua participação em Op OCCA e durante a execução da mesma;

- o quinto, perguntas referentes as ações de Aquisição de Alvos que o entrevistado e/ou sua fração se defrontou nos momentos que precederam sua participação em Op OCCA e durante a execução da mesma;

Esse questionário teve como objetivo verificar junto aos comandantes de pequenas frações (Grupo de Combate, Pelotão e Companhia) a capacidades e limitações que suas frações apresentaram durante o adestramento e execução de suas funções, no contexto das ações IRVA, em proveito de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

3.3.4 Análise dos Dados

Realizado o fichamento das informações coletadas, a análise dos dados ocorreu por meio de um discurso subjetivo, com base no referencial teórico existente, com a finalidade de traçar um caminho coerente e lógico que permita alcançar uma solução para o problema de pesquisa.

Quanto à análise, ainda, a interpretação deu-se por meio da verificação das relações entre as variáveis "x" e "y" a alargar os conhecimentos sobre limitações (y1 e y2). A interpretação buscou identificar o real significado dos resultados obtidos frente aos objetivos propostos. A análise estabelece relações entre os dados obtidos e as hipóteses visando à comprovação (ou refutação) do objetivo geral proposto.

4 RESULTADOS

Foi aplicado um questionário, que se encontra no anexo A, destinado a oficiais e graduados que serviram ou servem em Batalhões de Infantaria de Selva, com experiência no assunto em estudo e que tenham participado de qualquer operação de Cooperação e Coordenação com agências, no período compreendido entre 2018 a 2022.

Foram obtidas 35 respostas as quais serão expostas e analisadas na sequência do trabalho. Entretanto, nem todas as perguntas serão alvo de análise profunda, pois será dada ênfase nas que contribuem para soluções ou possuem mais relevância.

O público entrevistado, de forma aleatória, foi composto pelo seguinte espaço amostral: 22 (vinte e dois) capitães, correspondendo a 63% da amostra; 04 (quatro) primeiro e segundo tenentes, correspondendo a 11% da amostra; 01 (um) segundo sargento, correspondendo a 3% da amostra; e 08 (oito) terceiros sargentos, correspondendo a 23% da amostra.

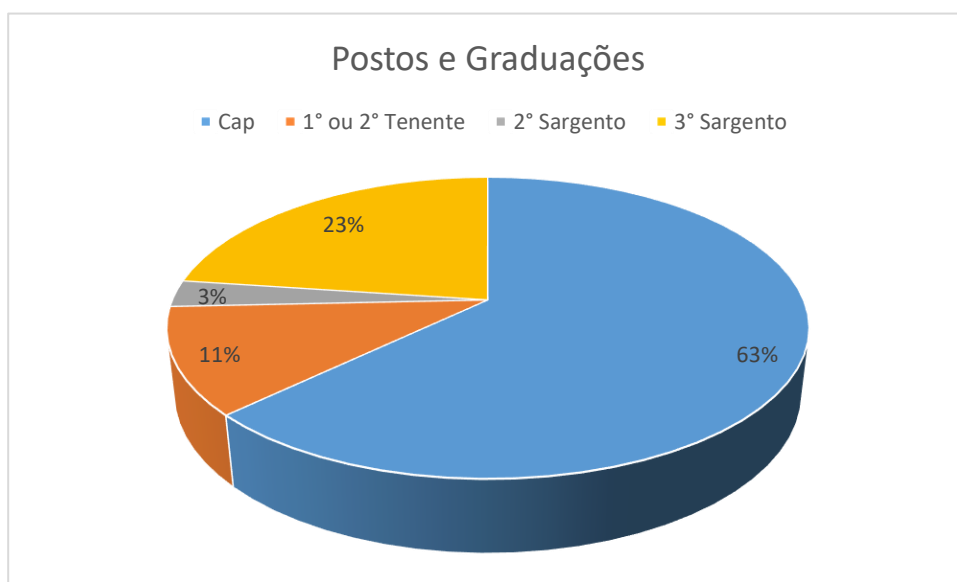


Gráfico 1 – Militares entrevistados por postos e graduações
Fonte: O Autor

Dos entrevistados, foi possível obter um quantitativo homogêneo das funções desempenhadas, excetuando a função de adjunto de pelotão.

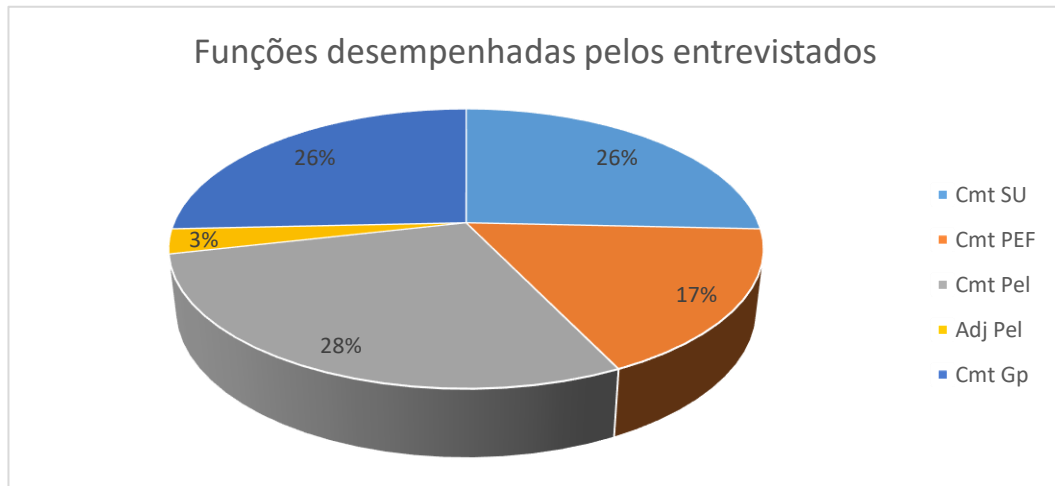


Gráfico 2 – Funções desempenhadas pelos entrevistados
Fonte: O Autor

No que se refere aos quartéis aos quais os entrevistados estavam servindo, é possível observar uma grande variedade e diversidade de organizações militares.

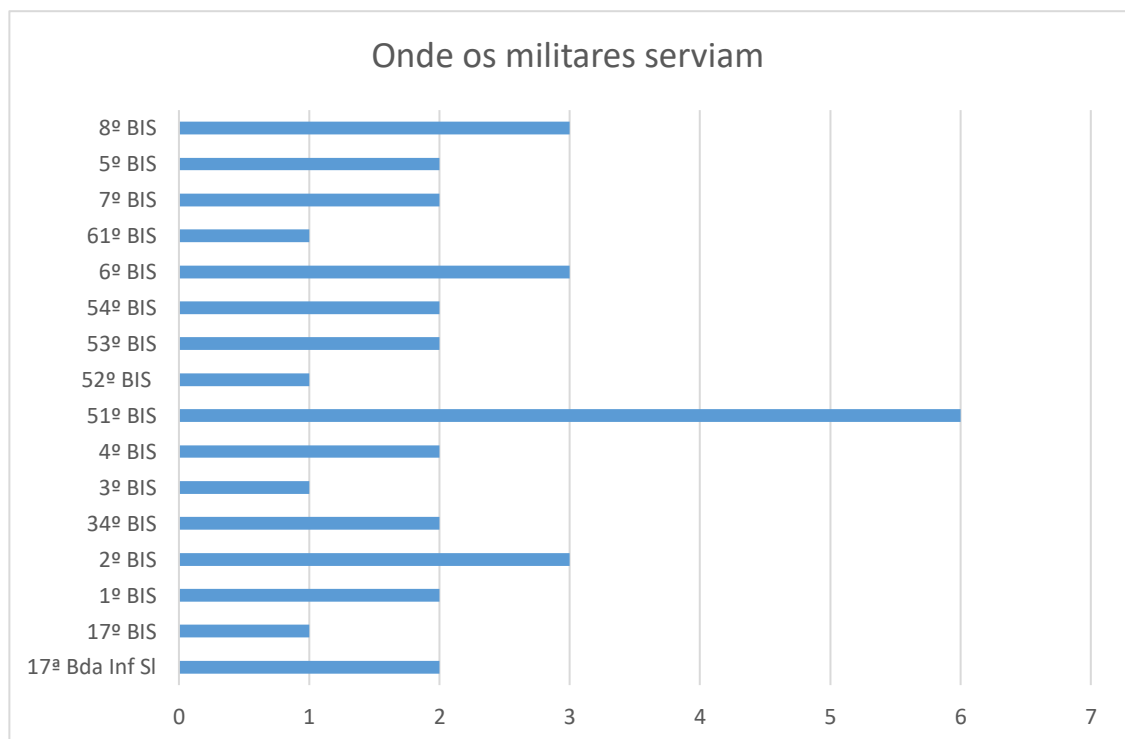


Gráfico 3 – Locais que os entrevistados serviam
Fonte: O Autor

Da mesma forma, podemos observar a variedade e rotatividade com as quais as operações que os entrevistados participaram, bem como constatar uma certa periodicidade das mesmas.

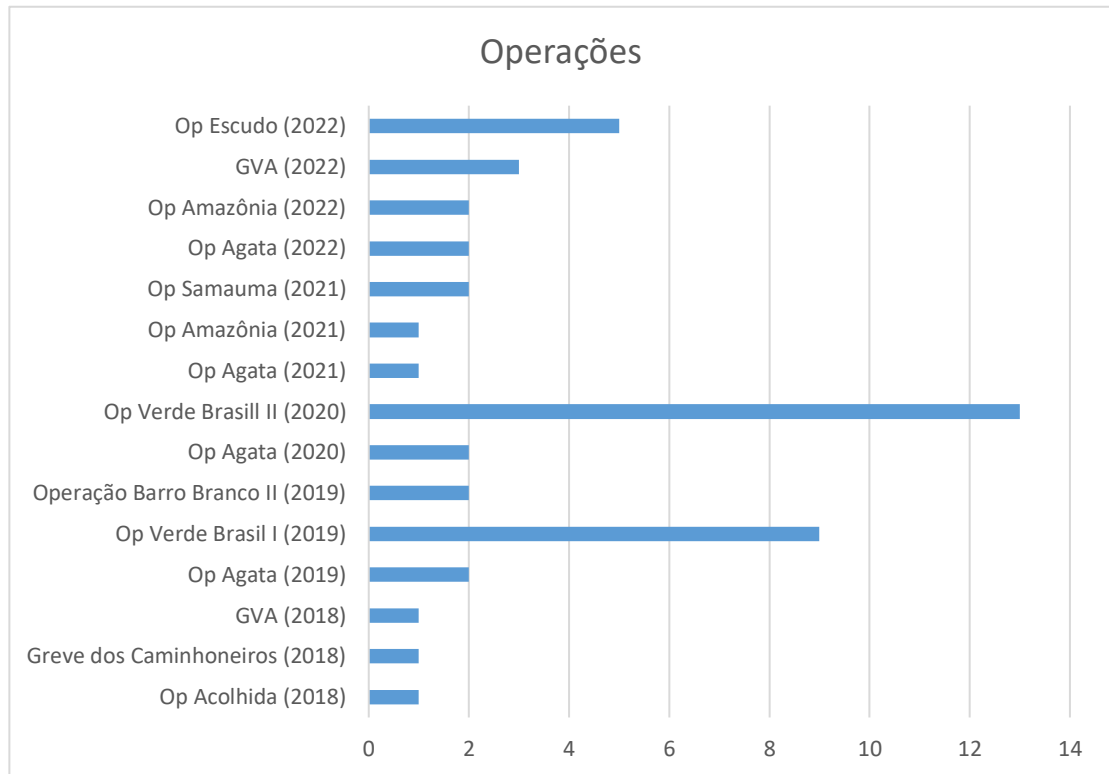


Gráfico 4 – Operações que os entrevistados participaram
Fonte: O Autor

Dos entrevistados, 25 (vinte e cinco) militares, correspondendo a 71,4% do total, disseram que não tiveram nenhuma instrução sobre Inteligência Militar antes da execução da operação.

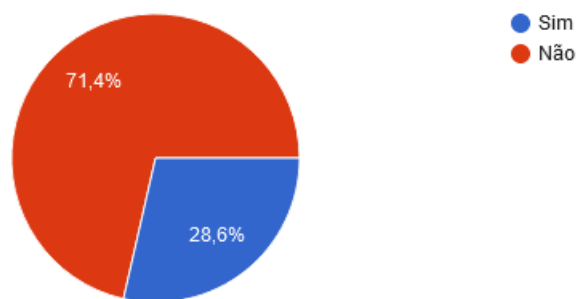


Gráfico 5 – Militares que tiveram instruções de Inteligência Militar antes da operação
Fonte: O Autor

Dos entrevistados, 15 (quinze) militares, correspondendo a 42,9% do total, disseram que não consultaram nenhum banco de dados e/ou relatórios de operações anteriores, como forma auxiliar para seus planejamentos.

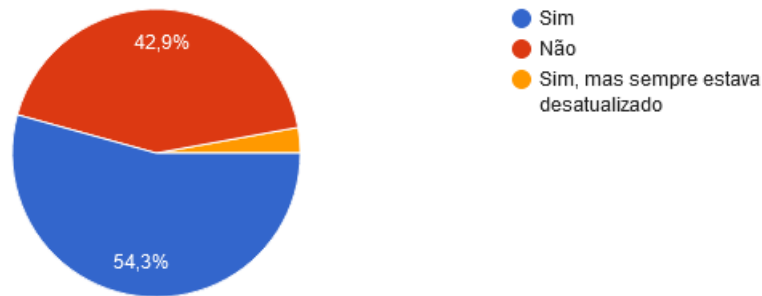


Gráfico 6 – Militares utilizaram bancos de dados para auxiliar seus planejamentos

Fonte: O Autor

Dos entrevistados, 14 (catorze) militares, correspondendo a 40% do total, disseram que não realizaram contato com colaboradores das demais agências, tão pouco tiveram instruções com elas para nivelar os conhecimentos.

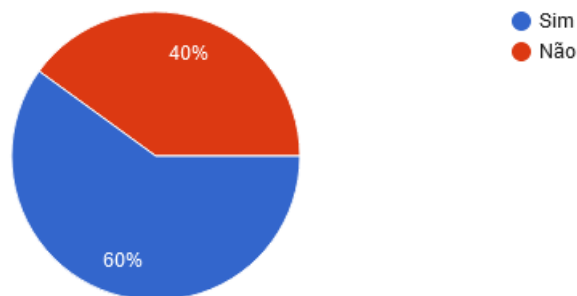


Gráfico 7 – Contato com colaboradores

Fonte: O Autor

Dos entrevistados, 31 (trinta e um) militares, correspondendo a 88,6% do total, disseram que utilizaram seus subordinados como sensores na obtenção de dados.

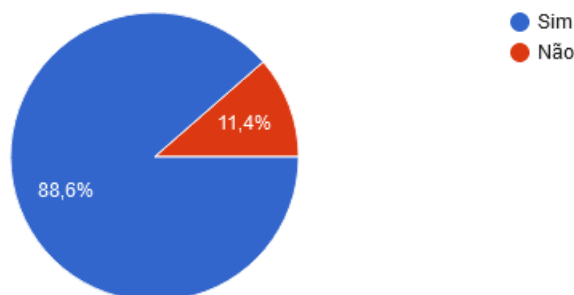


Gráfico 8 – Utilizaram subordinados como sensores

Fonte: O Autor

Dos entrevistados, 25 (vinte e cinco) militares, correspondendo a 71,4% do total, disseram que receberam informações acerca de atividades ilícitas, instalações e/ou atores hostis, fruto de reconhecimento realizado anteriormente.

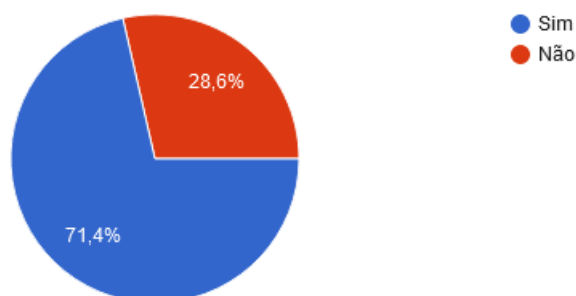


Gráfico 9 – Informações fruto de reconhecimentos

Fonte: O Autor

Dos entrevistados, 22 (vinte e dois) militares, correspondendo a 62,9% do total, disseram que não utilizaram outros métodos e/ou equipamentos para confirmar dados de reconhecimento realizado anteriormente.

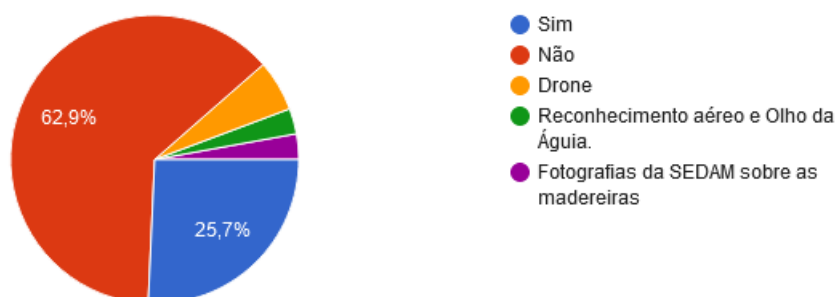
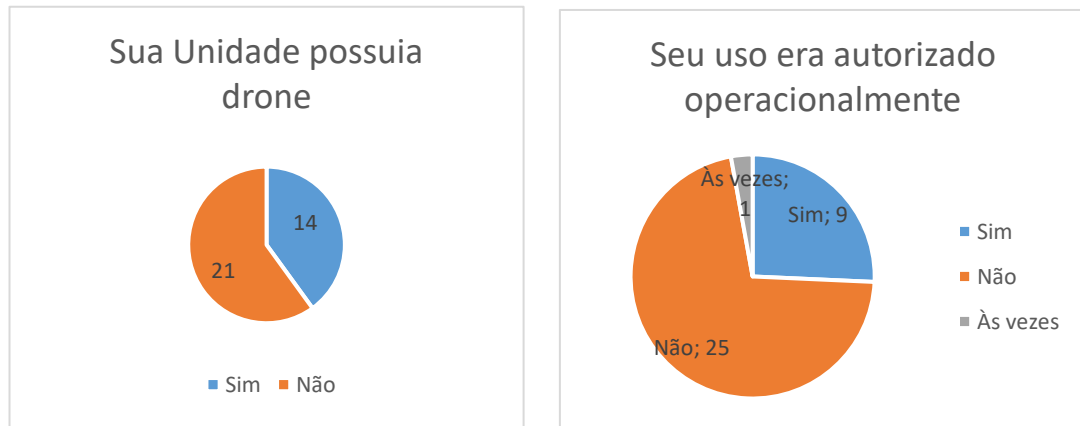


Gráfico 10 – Confirmação de dados de reconhecimento

Fonte: O Autor

Dos entrevistados, 21 (vinte e um) militares, correspondendo a 62,9% do total, disseram que suas unidades não possuíam drones. Não obstante, 14 (catorze) militares disseram que suas organizações militares possuíam drone, contudo, apenas 09 (nove) disseram que tais equipamentos eram utilizados em operações.



Gráficos 11 e 12 – Emprego de drones operacionalmente

Fonte: O Autor

Dos entrevistados, os seguintes meios foram elencados como os mais utilizados em operações.

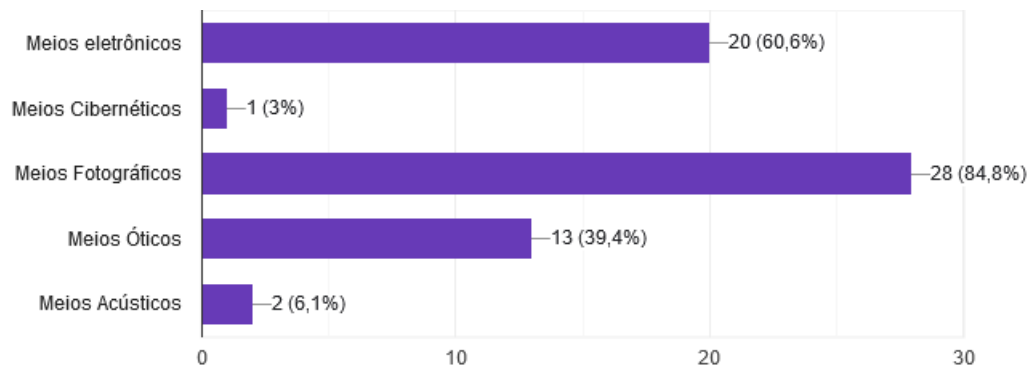


Gráfico 13 – Meios utilizados em operações

Fonte: O Autor

Poucos entrevistados utilizaram a décima sétima questão do questionário (“Caso tenha alguma consideração sobre o assunto, fique à vontade para compartilhar sua experiência.”) para acrescentar suas opiniões particulares sobre o tema em pauta.

Um dos entrevistados citou que, na sua opinião, as unidades que possuem drones, normalmente, os empregam em atividades de Comunicação Social e, em situação de combate, o militar mais capacitado para operar o equipamento pertenceria a 5ª Seção da Unidade, sendo inviável enquadrá-lo taticamente em uma Subunidade.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando os resultados obtidos, verifica-se que as operações de cooperação e coordenação com agências, nos últimos anos, tornaram-se uma constante no cenário nacional, em que pese sua maior relevância nos estados que englobam os Comandos Militares do Norte e da Amazônia.

No período compreendido entre 2018 e 2022, diversas operações com múltiplas finalidades foram desencadeadas naqueles comandos militares de área e, por vezes, as maiores problemáticas foram: o combate ao tráfico de drogas, garimpo ilegal, contrabando, descaminho, extração ilegal de madeira, questões indígenas, biopirataria, entre outras.

Esta preocupação teve sua materialização mitigada, inicialmente, com o Decreto Nº 7.496, de 8 JUN 11, onde seu artigo 1º trazia de forma clara e concisa seu objetivo: “Fica instituído o Plano Estratégico de Fronteiras **para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.**” (grifo nosso)

Este decreto foi, posteriormente, revogado pelo Decreto 8.903, de 2016 e, posteriormente, por diversos outros decretos que pormenorizaram as ações e responsabilidades de cada ente federal nas mais diversas atribuições de combater ilícitos na faixa de fronteira brasileira.

As mais variadas operações que ocorreram, portanto, evidenciam a preocupação do Exército Brasileiro, bem como do Governo Brasileiro no combate aos delitos transfronteiriços, bem como na dissimulação da presença na faixa de fronteira.

Percebe-se ainda que, muito provavelmente por conta de ser o ambiente com características especiais mais relevante (por sua dimensão em relação ao território nacional), o ambiente de selva recebeu uma atenção maior em relação aos outros ambientes. A área Norte do Brasil tem, cada vez mais, recebido mais meios e operações. Destacamos a recém-ocorrida Operação Amazônia 2021, o maior exercício militar de defesa externa já ocorrido na região. (BRASIL, 2021a)

Ao analisarmos as respostas aos questionamentos propostos aos mais diversos quadros da instituição, com a exigência de terem servido ou estarem servindo, atualmente, em Batalhões de Infantaria de Selva, com experiência no assunto em estudo e que tenham participado de qualquer operação de Cooperação e Coordenação com agências, no período compreendido entre 2018 a 2022, chegamos as seguintes análises:

Da quinta pergunta (“Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr teve alguma instrução de Inteligência Militar?”), verificou-se que 71,4% do total dos entrevistados disse que não tiveram nenhuma instrução sobre Inteligência Militar antes da execução da operação. Diante desta situação, fica evidente quão deficitária é a disseminação dos conhecimentos básicos de Inteligência Militar, no que tange as ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de alvos.

A explicação deste fato consubstancia-se na ausência dessa disciplina nos bancos escolares dos vetores de formação dos oficiais e sargentos da linha bélica do Exército Brasileiro. Tanto na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) quanto na Escola de Sargento das Armas (ESA), não é dado foco a parte de estudo do terreno e do inimigo em proveito das operações militares. Desta forma, muitos militares de carreira desconhecem tais capacidades e tarefas, vindo a tomar conhecimento, alguns, apenas de forma superficial, quando em contato com outros militares experientes no assunto.

Da sétima pergunta (“Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr consultou algum banco de dados, com relatórios de operações anteriores, que pudessem auxiliar seu planejamento?”) 42,9% do total dos entrevistados disse que não consultaram nenhum banco de dados e/ou relatórios de operações anteriores, como forma auxiliar para seus planejamentos.

Além de muitos oficiais e sargentos não produzirem relatórios para alimentar bancos de dados internos, este hábito carece atenção, também, na formação básica do combatente. Nos corpos de tropa, principalmente no ambiente operacional amazônico, esse fato se reveste de importância pela grande rotatividade que essas guarnições possuem.

A exploração de fontes tecnológicas para obtenção de novas informações e/ou o acesso a relatórios anteriores permitem o esclarecimento de dúvidas; mitiga esforços no planejamento e, portanto, contribui significativamente para que erros anteriores não se repitam e novas oportunidades de melhoria surjam antes mesmo que a tropa seja desdobrada no terreno.

Da oitava pergunta (“Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr realizou contato com colaboradores das demais agências e/ou teve instruções de nivelamento com elas?”) verificou-se que 40% do total disse que não realizou contato com colaboradores das demais agências, tão pouco tiveram instruções com estas para nivelar os conhecimentos.

Diante deste cenário, observa-se que muitos militares recorreram a demais agências que operam naquelas regiões para o nivelamento de conhecimentos. Contudo, observa-se que há uma lacuna que permite uma oportunidade de melhoria. Por tratar-se de uma operação de cooperação, deve-se levar em consideração as experiências e expertises dos demais operadores e agências que operam no ambiente operacional. Não apenas para evitar a duplicidade de meios desnecessários e coordenar esforços, mas também para adquirir conhecimentos e fortalecer laços de “*networking*”.

Da décima pergunta (“Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr obteve informações da atividade ilícita, instalações e/ou atores hostis, fruto de reconhecimento realizado anteriormente?”) verificou-se que 71,4% do total disse que recebeu informações acerca de atividades ilícitas, instalações e/ou atores hostis, fruto de reconhecimento realizado anteriormente.

Da décima segunda pergunta (“Durante a operação em questão você, ou algum elemento da sua fração, utilizou outros métodos e/ou equipamentos para confirmar dados de reconhecimento realizado anteriormente? Se sim, qual?”) verificou-se que 62,9% do total disse que não utilizaram outros métodos e/ou equipamentos para confirmar dados de reconhecimento realizado anteriormente.

Muitas destas respostas se deram pela ausência de materiais especializados para tais atividades. A atividade de reconhecimento é essencial e deve preceder todo tipo de operação, principalmente as que envolvam riscos reais de contato com forças hostis. Aos que responderam positivamente, o material empregado de maior relevância foram drones.

Este fato foi mais bem explorado na décima terceira pergunta (“A OM que você estava enquadrado possuía drone e este era empregado operacionalmente?”) onde 62,9% do total disse que suas unidades não possuíam drones. Não obstante, 14 (catorze) militares disseram que suas organizações militares possuíam drone, contudo, apenas 09 (nove) disseram que tais equipamentos eram utilizados em operações.

O décimo quinto questionamento (“Durante a operação em questão, o Sr ou alguém da sua fração utilizou algum dos meios abaixo?” Opções: meios eletrônicos, meios cibernéticos, meios fotográficos, meios óticos e meios acústicos) foi bastante elucidativo quanto aos meios que a grande maioria dos operadores têm acesso nas mais variadas organizações militares da região norte. Foi dado a possibilidade que o

entrevistado escolhesse mais de um meio, visto que estes, em sua maior frequência, são utilizados simultaneamente.

Os meios fotográficos (84,8%) e os meios eletrônicos (60,6%) foram os mais utilizados pelos militares, porém, observa-se uma grande lacuna nos meios cibernéticos, bem como, em consonância aos questionamentos anteriores, a utilização de equipamentos avançados, como drones.

Por fim, destacamos o último questionamento (“Caso tenha alguma consideração sobre o assunto, fique à vontade para compartilhar sua experiência.”), pergunta de resposta aberta, em que os entrevistados puderam acrescentar suas percepções pessoais sobre o assunto deste trabalho.

Apenas dois entrevistados responderam essa questão, contudo, chamou-nos a atenção a seguinte consideração: um dos entrevistados citou que, na sua opinião, as unidades que possuem drones, normalmente, os empregam em atividades de Comunicação Social e, em situação de combate, o militar mais capacitado para operar o equipamento pertenceria a 5ª Seção da Unidade, sendo inviável enquadrá-lo taticamente em uma Subunidade.

Finalizando a análise dos dados obtidos através da pesquisa, podemos verificar que muitos militares desconhecem as capacidades e algumas técnicas, táticas e procedimentos que permeiam a atividade da Inteligência Militar. Não obstante, sua efetividade torna-se focal quando se trata da leitura prévia do ambiente operacional e melhora da consciência situacional para os comandantes, nos mais diversos níveis.

O produto esperado pelo questionário focou no aperfeiçoamento dos métodos e processos de qualificação dos recursos humanos, bem como a aquisição de materiais voltados às ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos de Batalhões de Infantaria de Selva, em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

Os impactos para o EB visam, futuramente, o aperfeiçoamento da doutrina; manuais; propostas de estágios específicos ao adestramento e ao aperfeiçoamento dos quadros que irão operar, particularmente, no ambiente operacional amazônico.

Ao identificarmos as capacidades e deficiências desta referida tropa naquelas ações específicas, além do que foi referenciado acima, o “estado da arte” deste trabalho busca manter os índices de credibilidade do Exército Brasileiro, referência no combate e desenvolvimento de técnicas, táticas e procedimentos em ambiente de selva.

6 CONCLUSÃO

O Batalhão de Infantaria de Selva é a unidade tática básica da Brigada de Infantaria de Selva. Na ofensiva, tem a missão de destruir o inimigo localizado em sua área de atuação e/ou conquistar objetivos específicos do terreno. Na defensiva, o Batalhão de Infantaria de Selva tem a missão de manter acidentes capitais, especialmente os que permitem bloquear e/ou controlar vias de circulação fluviais e terrestres. (BRASIL, 1997b.)

No contexto da Segurança Integrada, o batalhão pode pacificar ou participar da pacificação de uma área. Quando sediado em área de fronteira, além das suas missões normais, recebe a missão de vigilância da faixa fronteira. (BRASIL, 1997b.)

Caracteriza-se, particularmente, por sua fluidez e pela capacidade de operar continuamente em região de selva. A fluidez decorre da capacidade de atuar com grande descentralização de suas frações, do seu adestramento para deslocar-se através da floresta, dos meios fluviais orgânicos e do adestramento para operar com aeronaves e embarcações propiciadas pelo escalão superior, o que lhe permite atuar sobre os pontos vulneráveis do inimigo e rapidamente retrair. (BRASIL, 1997b.)

Ao analisarmos a literatura a respeito das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências no Brasil, verifica-se que estas sofrem influência direta da dimensão humana, informacional e física nas suas ações, planejamentos e desdobramentos. As OCCA exigem planejamentos detalhados, de forma meticulosa, e ações pontuais, dirigidas contra alvos específicos, evitando ao máximo danos colaterais.

Observou-se, ainda, que o conhecimento sobre as atividades de Inteligência Militar é bastante desconhecido nos corpos de tropa e, muitas das vezes, desenvolve-se baseada em mitos e suposições. Esta consubstancia-se na maior limitação que qualquer tropa pode recorrer, a falta de conhecimento.

Não obstante, existem inúmeros impedimentos quanto a utilização de drones ou, até mesmo, diversas unidades que não possuem o equipamento. O SARP FT-100, em uso no Exército Brasileiro por algumas tropas especializadas, carece, inclusive, de um manual de emprego que verse sobre as suas características, possibilidades e limitações nas ações IRVA.

Do presente trabalho, pôde-se verificar que a pesquisa resolveu o problema proposto, pois ficaram evidentes no decorrer do mesmo as capacidades e limitações

de um Batalhão de Infantaria de Selva no contexto de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências.

Algumas outras vertentes, durante a execução dessa pesquisa, foram evidenciadas, tais como: a necessidade de uma readequação do QDM dos BIS, visando a aquisição de novos materiais que possibilitem a realização de ações IRVA; redistribuição de cargos e recompletamento de outros cargos previstos e não ocupados; dentre outros que fugiam ao escopo da pesquisa, porém, registra-se para que novas pesquisas no futuro auxiliem o desenvolvimento da doutrina e na mitigação das limitações aqui ora relatadas.

Assim posto, o dinamismo dos novos desafios, bem como a sua complexidade, tem pressionado as diversas organizações a criarem abordagens para solucionar situações de crise. Nesse contexto, os Batalhões de Infantaria de Selva precisam se preparar e readequar, por meio de novas capacidades, para melhor conduzir as ações de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos, garantindo, assim, uma melhor consciência situacional aos decisores nos mais variados níveis, sejam eles táticos, políticos ou estratégicos.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marcelo Teixeira Emídio. **A atuação do Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) na defesa e desenvolvimento da Amazônia Brasileira no século XXI.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 18 nov. 2022.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. **Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências.** Diário Oficial União. Brasília, DF, n. 247, 19 dez. 2008. Seção1, p. 4.

_____. Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011. **Institui o Plano Estratégico de Fronteira.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7496.htm> Acesso em 12 nov. 2022.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Caderno de Instrução Táticas, Técnicas e Procedimentos da Tropa como sensor de Inteligência. EB70-CI-11.465.** 1 ed. Brasília, DF, 2021.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB20-MF-10.102: Doutrina Militar Terrestre.** 2. ed. Brasília, DF, 2019.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB20-MF-10.107: Inteligência Militar Terrestre.** 2. ed. Brasília, DF, 2015a.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB20-MC-10.207: Inteligência.** 1. ed. Brasília, DF, 2015b.

_____. _____. **EB 70-MC-10.223: Operações.** 5ª. Ed. Brasília, DF, 2017.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.307: Planejamento e Emprego da Inteligência Militar.** 1. ed. Brasília, DF, 2016.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-PP-11.001: Programa de Instrução Militar.** Brasília: COTER, 2018.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-PP-11.012: Programa Padrão de Instrução de qualificação do Cabo e do Soldado – Garantia da Lei e da Ordem.** 1. ed. Brasília: COTER, 2013.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-PP-11.013: Programa Padrão de Instrução do Pelotão Especial de Fronteira.** Ed. experimental. Brasília: COTER, 2017.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB70-PP-11.014: Programa Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional**. 2. ed. Brasília: COTER, 2017.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **PPA – Inf/4: Adestramento Básico nas Unidades de Selva**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2004.

_____. Exército. Estado-Maior. **C 85-1: Operações de Garantia da Lei e da Ordem**. 2. ed. Brasília: EME, 2010.

_____. Exército. Estado-Maior. **IP 72-1: Operações na Selva**. 1. ed. Brasília: EME, 1997a.

_____. Exército. Estado-Maior. **IP 72-20: O Batalhão de Infantaria de Selva**. 1. ed. Brasília: CMA, 1997b.

_____. Exército. **Portaria nº 061, de 16 de fevereiro de 2005. Aprova a Diretriz Estratégica para Atuação na Faixa de Fronteira contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais, integrante das Diretrizes Estratégicas do Exército (SIPLEX-5), e dá outras providências**. Brasília, 2005.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. **Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/97428/lei-complementar117-04>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. **Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o EstadoMaior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm>. Acesso em: 11 nov. 2022.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Manual de Campanha EB.20-MC.10.201 – Operações em Ambiente Interagências**. Brasília, DF, 2013. Aprovado pela Portaria nº 02-EME, de 31 de janeiro. 2013.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB70-MC-10.248: Manual de Campanha Operações Interagências**. 2. ed. Brasília, 2020.

_____. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-02: Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. 3ª. Ed. Brasília, DF, 2008.

GOULART, Marcelo Vieira; RIBEIRO, Kleber Silas Monteiro. **Atuação do Exército Brasileiro na faixa de fronteira contra os delitos transfronteiricos e ambientais: aspectos jurídicos**. Revista Sociedade Militar 2016. Disponível em <<http://www.sociedademilitar.com.br/wp/2016/05/atuacao-do-exercito-brasileiro-na-faixa-de-fronteira-contra-os-delitos-transfronteiricos-e-ambientais-aspectos-juridicos>> Acesso em 12 nov 2022. Ebook.

GRAÇA, Roberto Jullian da Silva. **As Operações Interagências no combate ao tráfico internacional de drogas: contribuições da Operação ÁGATA 8**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

CHIZEK, JUDY. **Military Transformation: Intelligence, Surveillance and Reconnaissance**. Congressional Research Service Library of Congress. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=intelligence+reconnaissance&oq=intelligence+rec#d=gs_qabs&t=1676483418002&u=%23p%3DqYLyTaxra2oJ> Acesso em 15 fev 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Fábio Ricardo; HOLCSIK, Eduardo. **A importância do incremento do estudo de inteligência nos estabelecimentos de ensino de formação de oficiais e sargentos do exército brasileiro: a função de combate inteligência nas operações no amplo espectro**. In: Curso Avançado de Inteligência para Oficiais, 2015, Escola de Inteligência Militar do Exército. Artigo Científico [...]. BRASÍLIA: [s. n.], 2015.

MUNIZ, Carlos Humberto Feitosa. **O emprego do Exército Brasileiro no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira amazônica e o atual preparo dos Batalhões de Infantaria de Selva para atuar nesse contexto**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

NASCIMENTO, Wagner Bispo De Oliveira Nascimento. **Análise das capacidades e deficiências de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (IRVA) da Brigada de Infantaria Paraquedista do Exército Brasileiro nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

NUNEZ ALVES, Marcelo Tupaíba. **A FUNÇÃO DE COMBATE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS: UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES.** 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento em Operações Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2020.

TEIXEIRA, Carlos. **Operações de Cooperação e Coordenação com Agências e Operações de Guerra. Integrando a doutrina.** Military Review, Maio 2021.

ANEXO A – Questionário

Sou o Cap Inf PEDRO UHLIG DE VASCONCELOS MENDES e, atualmente, aluno do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/23), na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

O presente questionário é destinado a oficiais e graduados que servem/serviram em qualquer Batalhão de Infantaria de Selva (ou comando enquadrante) como capitão, tenente, segundo e terceiro sargentos e que tenham participado de qualquer Operação de Coordenação e Cooperação com Agências, **no ambiente operacional amazônico, no período de 2018 a 2022.**

O presente questionário tem por finalidade coletar dados para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (**ANÁLISE DO EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR EM PROVEITO DAS AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, RECONHECIMENTO, VIGILÂNCIA E AQUISIÇÃO DE ALVOS DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA EM OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS NO PERÍODO DE 2018 A 2022**).

Face a complexidade do ambiente operacional amazônico, somado às ameaças mais difusas e de difícil identificação, faz-se necessário creditar uma maior importância à Função de Combate Inteligência, em todos os níveis.

Assim posto, no contexto das Operações de Coordenação e Cooperação com Agências, destaca-se a importância desta Função de Combate, por intermédio das Necessidades de Inteligência (NI), não apenas como peça singular, voltada exclusivamente para o assessoramento de comandantes, mas sim, como ferramenta para antecipação, identificação e neutralização de possíveis ameaças.

Baseado nessas afirmativas e, principalmente, em suas experiências vividas em qualquer Batalhão de Infantaria de Selva, neste tipo de operação, solicito sua participação no presente questionário. Desde já agradeço a sua colaboração!

“As amizades forjadas nas agruras da selva, jamais fenecem!”

QUESTIONÁRIO

- 1) Qual seu posto ou graduação?
- 2) Onde o Sr estava servindo? (Ex: 51° BIS, 23ª Bda Inf SI, etc.)
- 3) Em qual ou quais Op OCCA o Sr operou? Quando? (Ex: Op Verde Brasil 2, em 2020, etc.)
- 4) No contexto da operação citada acima, qual função o Sr desempenhou?

- 5) Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr teve alguma instrução de Inteligência Militar?
- 6) Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr deu ordem ou executou exploração de fontes tecnológicas para melhor preparar-se para sua missão?
- 7) Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr consultou algum banco de dados, com relatórios de operações anteriores, que pudessem auxiliar seu planejamento?
- 8) Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr realizou contato com colaboradores das demais agências e/ou teve instruções de nivelamento com as mesmas?
- 9) Durante a operação em questão, o Sr utilizou seus subordinados como sensores na obtenção de dados?
- 10) Nos momentos que precederam o início da operação, o Sr obteve informações da atividade ilícita, instalações e/ou atores hostis, fruto de reconhecimento realizado anteriormente?
- 11) Durante a operação em questão você, ou algum elemento da sua fração, realizou observação visual direta sob o “alvo” antes de abordá-lo?
- 12) Durante a operação em questão você, ou algum elemento da sua fração, utilizou outros métodos e/ou equipamentos para confirmar dados de reconhecimento realizado anteriormente? Se sim, qual?
- 13) A OM que você estava enquadrado possuía drone e este era empregado operacionalmente?
- 14) Durante a operação em questão, o Sr ou alguém da sua fração realizou uma observação sistemática da instalação alvo, ou do alvo propriamente dito?
- 15) Durante a operação em questão, o Sr ou alguém da sua fração utilizou algum dos meios abaixo?
- 16) Durante a operação em questão, o Sr ou alguém da sua fração estava encarregado de levantar dados para ações futuras?
- 17) Caso tenha alguma consideração sobre o assunto, fique à vontade para compartilhar sua experiência.